



## III CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Minha saudação às autoridades, dirigentes de entidades, lideranças do Sistema, Presidentes dos nossos Tribunais de Contas, colegas de todos os quadros do controle externo brasileiro, senhoras e senhores - aqui presentes ou que nos acompanham pelos meios digitais.

Em nome da Atricon, que promove este encontro em conjunto com os parceiros já mencionados, agradeço pelas presenças, aqui e no plano virtual; pelo acolhimento do Tribunal de Contas do Ceará, liderado pelo prezado Presidente Valdomiro Távora, e da querida gente deste Estado; pelos apoios institucionais e pelos patrocínios.

Obrigado, sobretudo, às tantas pessoas que nos propiciam esta noite, estes quatro dias de reencontros, convívio, aprendizado, emoção e renovada confiança. O que aqui testemunhamos e vivenciamos emerge da dedicação, da criatividade, do zelo, do profissionalismo e do carinho de mulheres e homens do Sistema Tribunais de Contas e de muitas outras esferas, todos merecedores do nosso aplauso.

Aproveito este momento solene e inesquecível para, já chegando o sol poente deste período na presidência da Atricon, expressar minha gratidão pela jornada, vivida com intensidade, amor e compromisso. Nossa querida entidade e o Sistema Tribunais de Contas merecem mais; mas foram as construções que as minhas limitações permitiram. Sob a liderança do novo Presidente hoje eleito, Conselheiro Edilson Silva, com sua equipe, certamente teremos mais e melhores entregas.

Mas o Deus do nosso coração haverá de nos permitir outros momentos para falarmos a respeito.

Refletindo sobre qual deveria ser o conteúdo da mensagem inaugural deste III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (e já sabendo que a sensatez e a sobriedade me recomendam síntese e assertividade), ocorreu-me de reportar uma CARTA IMAGINÁRIA, na qual o controle externo, o Tribunal de Contas se reporta à sociedade brasileira.

Repito: trata-se de uma espécie de licença que me permito neste ambiente formal, mas na expectativa de assim ser compreendido.

Talvez essa conversa fosse mais ou menos assim:

Você, cidadão; você, cidadã, sabem que em todas as Constituições brasileiras desde 1891, eu, Tribunal de Contas, tenho estado presente. Conteí com a força inaugural do novo regime, em 1891, e, muito graças à tenacidade e ao saber do notável Rui Barbosa, tomei forma e me fiz respeitar pelo desassombro de Serzedello Corrêa. Outras Cartas vieram e, com mais ou menos empoderamento, sempre busquei garantir que a gestão pública fosse pautada pela correção.

Mas, em 1988, um novo horizonte se desenhou: a Constituição Cidadã me



garantiu força institucional e musculatura política para cuidar não apenas da legalidade, mas também incumbiu-me de olhar para os resultados alcançados pela aplicação dos recursos públicos, auditando, medindo, orientando, induzindo, ajudando e, nos casos necessários, sancionando. Minha atuação ganhou amplitude, celeridade, suporte técnico e político e independência para o exame do conjunto das políticas públicas.

É claro que muitos gestores me pedem para, segundo dizem, “orientar mais e punir menos”. A respeito, digo que posso e que devo fazer as duas coisas, conforme cada situação específica. E também me cabe lembrar que nem sempre os conhecimentos e experiências que transmito, sobretudo através das escolas de contas, são efetivamente empregados. Invisto muito na atuação pedagógica e preventiva, e espero que esse esforço se traduza em menos erros e fraudes; em melhor governança e em mais qualidade da gestão.

Sabem, cidadã, cidadão: o constituinte foi tão generoso comigo, que o feixe de competências e de instrumentos de ação que me foram assegurados me situa no plano institucional para muito além de um órgão estritamente controlador de contas.

São atributos que o Estado moderno e democrático outorga a organismos incumbidos de zelar pela concretização dos direitos, dos princípios e dos valores contemplados na Constituição. Pode parecer que há ousadia ou pretensão nesta minha leitura, mas se trata apenas de reafirmar que para a democracia se pôr e manter-se de pé são necessárias instituições à sua altura. E o Tribunal de Contas foi assim erigido pela Lei Fundamental.

Não me é dado, como ente do controle, definir as prioridades governamentais (embora tenha grande responsabilidade em zelar pela implementação daquelas já fixadas na Constituição, como é o caso da absoluta prioridade à criança, ao adolescente e ao jovem). Tais escolhas, sabemos, cabem a quem eleito pela vontade popular, as quais se expressam nos planos e nos orçamentos.

Aliás, falando a meu respeito, o grande Ministro Carlos Ayres Britto já disse que eu, o Tribunal de Contas, não sou governo, mas posso ajudar a impedir o desgoverno. Sábias palavras, não?

Então - segue dizendo o Tribunal de Contas -, tenho compromisso com você, brasileira; com você, brasileiro, em prol da efetivação dos direitos fundamentais, como a educação, a saúde, a segurança, a previdência, a proteção à infância e à maternidade, a assistência aos desamparados. E também, na mesma moldura constitucional, procuro, solidariamente, ajudar na diminuição das desigualdades, na proteção do meio ambiente, na promoção da igualdade e equidade de gênero, no enfrentamento ao racismo, além de outras ações.

Se cuido do controle, também zelo pela democracia e pelos objetivos fundamentais da República, ambos pilares de sustentação da Nação, sempre balizado pelo Estado de Direito.



E não apenas me ocupo da regularidade; do respeito à lei (o que já não é pouco). Com o apoio dos controles internos e social, e integrado com outras estruturas de Estado e da sociedade, tenho aferido se os tributos cobrados se transformam em obras e serviços de qualidade, se otimizam custos e benefícios; enfim, se melhoram a vida das pessoas. Para isso, considero essencial planejar, formular, compartilhar, ser transparente, falar de forma simples e escutar (sobretudo através das ouvidorias), e até e mesmo correicionar e, se necessário, punir inclusive os nossos, porque é preciso liderar pelo exemplo - predicar e praticar.

Para isso, fiscalizo, é certo, porque é meu dever primordial, controlador que sou, e desse eixo não vou me apartar. E o faço tanto em relação às despesas quanto à arrecadação, porque é preciso olhar com lupa a receita que ingressa e aquela renunciada, por diferentes incentivos e desonerações.

Quanto aos gastos tributários, ainda temos muito que avançar, porque mesmo eu, o controle, pouco sei sobre os eventuais benefícios auferidos pela sociedade. E isso precisa mudar. Mas procuro fazê-lo com diálogo, respeito, cooperação, espírito público e sempre buscando consensos.

Assim, reservo a sanção às situações em que todas as outras possibilidades se exauriram sem êxito.

E não estou sozinho: procuro interagir e trabalhar com o Sistema de Justiça, forças de segurança, universidades, institutos, professores, cientistas, pesquisadores, agentes públicos de todos os Poderes e órgãos.

A propósito, nessa construção também se robustece a força interna no Sistema de Controle. Assim é que a Atricon se mostra como o elo de coesão e de representação dos 33 Tribunais de Contas e dos seus Membros, em sintonia com parceiros como IRB, Abracom, CNPTC, Audicon, Ampcon, CNPGC, ANTC, Ibraop e Fenastc.

Sei que é preciso avançar, modernizar, contar com a tecnologia, a ciência de dados, a inteligência artificial; o mundo muda intensa e constantemente e não conseguirei ser eficiente, eficaz e efetivo se não contar com esses instrumentos. Sem eles, haveria o risco de eu, o Tribunal de Contas, me tornar desimportante; irrelevante.

Mas tenho consciência de que não há controle sem controladores: Ministros e Conselheiros (titulares e substitutos), Procuradores, Auditores de Controle Externo, assessores e muitas outras pessoas que fazem essa engrenagem ter tração e potência.

Por isso, a nossa Atricon, em seus mais de 30 anos, cuida com atenção das prerrogativas dos Membros dos Tribunais de Contas (em todas as esferas, inclusive a judicial) e do aprimoramento do Sistema (sendo o Marco de Medição de Desempenho - MMD-TC o exemplo mais eloquente), brada e luta pela democracia e pelo princípio republicano, defende a autonomia e independência dos Poderes e radicaliza no compromisso com a transparência.



Com tudo isso, e já indo para o final desta carta, escrita aqui na acolhedora Fortaleza, com convicção e entusiasmo posso dizer que os Tribunais de Contas do Brasil são verdadeiras Casas da Cidadania.

E vão continuar nessa senda, com firmeza e serenidade, coragem e ponderação, destemor e respeito. Respeito a você, que teve a paciência de me escutar até aqui: eu, o Tribunal de Contas, desejo continuar servindo com competência, dedicação, impessoalidade, espírito público e reverência ao povo do Brasil, de onde todo o poder emana.

Assinado: Tribunal de Contas.

Obrigado!

Conselheiro Cezar Miola,  
Fortaleza, 29 de novembro de 2023.